

Área Temática: Gestão Socioambiental

Título do Trabalho: INDICADORES ESSENCIAIS DO GRI: ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO GRAU DE ADERÊNCIA PLENA E DE EVIDENCIAÇÃO EFETIVA NO PERÍODO DE 2003 A 2005

AUTORES

MARCIA CASTRO SILVA

Universidade Federal do Rio de Janeiro

fsf_rj@oi.com.br

JOSÉ RICARDO MAIA DE SIQUEIRA

Universidade Federal do Rio de Janeiro

jrms@facc.ufrj.br

FERNANDA DA SILVA FERNANDES

Universidade Federal do Rio de Janeiro

ffernandes005@hotmail.com

RESUMO

O balanço social das empresas deve se caracterizar como uma ferramenta de divulgação das informações referentes aos impactos das operações empresariais no ambiente onde a empresa está inserida. O modelo GRI, desenvolvido pela Global Reporting Initiative, é considerado um significativo padrão internacional para relatórios de sustentabilidade. Contudo, divergências entre o que a GRI solicita e o que as empresas publicam têm sido encontradas. Tais discrepâncias podem ser fruto de uma adaptação contínua ao padrão solicitado. Mas, o padrão internacional também permite que as companhias escolham os indicadores que querem reportar, permitindo assim que se esquivem de assuntos delicados ou polêmicos. Além disso, as empresas não são obrigadas a submeter o relatório à auditoria externa. Tendo tal fato em mente, este trabalho tem por objetivo avaliar a evolução do grau de aderência plena aos indicadores essenciais e o grau de aderência efetiva em relação aos indicadores essenciais publicados nos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras no período de 2003 a 2005. Os dados analisados indicam que apenas duas das seis empresas analisadas apresentaram melhorias.

ABSTRACT

The sustainability report of the companies must be characterized as a tool of disclosure of information about the impacts that their operations cause to the environment where the company is installed. The GRI model is considered a significant international standard for sustainability reports. However, divergences between what the GRI requests and what the companies publish have been found. Such discrepancies can be result of a continuous adaptation to the requested standard. But, the international standard also allows that the company chooses the indicators that prefer to report, allowing as soon as they are run from delicate or controversial subjects. Moreover, the companies are not obliged to submit the report to an external auditor. Having such fact in mind, this research intends to evaluate the

evolution of the degree of full adherence to the essential indicators and the degree of effectiveness adherence in relation to the essential indicators published in the sustainability reports of Brazilian companies in the period of 2003 the 2005. The analyzed data indicate that only two of the six analyzed companies had presented improvements.

Palavras-Chave: Relatórios Sociais. GRI. Responsabilidade Social. Sustentabilidade.

1. INTRODUÇÃO

O balanço social – considerado neste trabalho como sinônimo de relatório de sustentabilidade e relatório socioambiental, entre outras denominações – das empresas deve se caracterizar como uma ferramenta de divulgação das informações referentes aos impactos das operações empresariais no ambiente onde a empresa está inserida.

Desde 1997, a GRI - Global Reporting Initiative tem focado suas atividades no desenvolvimento de um padrão de relatório que aborde os aspectos relacionados à sustentabilidade das organizações.

O relatório conforme parâmetros GRI – Global Reporting Initiative é considerado um significativo padrão internacional para divulgação das informações econômicas, sociais e ambientais de uma empresa. Uma das vantagens do uso deste modelo é a possibilidade de comparação com as empresas estrangeiras.

No entanto, este padrão internacional permite que as companhias escolham os indicadores que querem reportar, permitindo assim que se esquivem de assuntos delicados ou polêmicos, além disso, as empresas não são obrigadas a submeter este relatório à auditoria externa.

Em sua segunda versão, a adoção das Diretrizes da GRI pode ser total ou parcial. Isso porque esta organização tem o propósito de estimular a divulgação de relatórios sociais com maior qualidade tanto para grandes empresas, com aprimorados controles de gestão, quanto para empresas de pequeno porte, ou que não tenham ainda experiência na elaboração deste tipo de relatório. Desta forma, as empresas podem elaborar seu relatório “de acordo com” as Diretrizes – termo utilizado para as empresas que seguem estritamente as recomendações da GRI – ou podem adotar uma abordagem informal – através da qual a empresa inicia a elaboração do relatório adotando as Diretrizes parcialmente e gradualmente vai alcançando níveis mais completos de adesão (WOODS, 2003).

Todavia, Dias, Siqueira e Rossi (2006) analisaram a publicação dos indicadores essenciais por empresas brasileiras e verificou que existe uma discrepância entre o que é solicitado pela GRI e o que é efetivamente publicado pelas empresas. Desta maneira foi criado um indicador para mensurar o grau de aderência, por parte das empresas, aos indicadores essenciais definidos pela GRI. Neste estudo, evidenciou-se que as empresas brasileiras encontram-se em diferentes fases referente à utilização do GRI, variando este grau de aderência plena aos indicadores de 95,83% (Natura) a 6% (Souza Cruz).

Carvalho e Siqueira (2007) desenvolveram trabalho semelhante, mas aplicado a empresas latino-americanas – excluindo as brasileiras. Descobriu que, das oito empresas da amostra, seis tiveram um grau de aderência igual ou inferior a 50%, a saber: Transredes (50%), Minera Escondida Ltda (44,90%), Findesa (30,30%), Banco Solidário (28%), PEMEX (18%) e Enap (16, 33%). Adicionalmente sugeriu um indicador modificado que não apresentou melhorias nos resultados.

Tendo em vista o exposto acima, o objetivo deste trabalho é analisar a evolução do grau de aderência plena aos indicadores essenciais de desempenho econômico, ambiental e social propostos pelas Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade GRI 2002, bem como o grau de evidenciação efetiva a esses mesmos indicadores.

2. METODOLOGIA

Tendo em vista as distorções encontradas nos trabalhos de Dias, Siqueira e Rossi (2006) e Carvalho e Siqueira (2007), e o objetivo deste trabalho, se calculará os graus de aderência de empresas brasileiras aos indicadores essenciais ambientais que publicaram os relatórios sociais segundo parâmetros da GRI, por meio da Internet, nos anos 2003, 2004 e 2005, a saber:

Quadro 1 – Empresas selecionadas para análise

	EMPRESA	SETOR
1	ABN AMRO Real	Produtos Financeiros
2	CPFL Energia	Energia
3	Souza Cruz	Fumo
4	Natura Cosméticos	Cosméticos e higiene pessoal
5	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás	Energia
6	Samarco Mineração S.A.	Mineração

Fonte: Os autores

Conforme modelo (DIAS; SIQUEIRA; ROSSI, 2006), caso o indicador fosse apresentado no Relatório Social da organização, o mesmo poderia ser sub-classificado em:

- Aderência Plena: quando todas as informações solicitadas pelo indicador correspondente do GRI eram fornecidas pela empresa;
- Aderência Parcial: quando apenas parte das informações solicitadas pelo indicador correspondente da GRI eram fornecidas pela empresa;
- Dúbio: quando não são fornecidas informações suficientes ao usuário que permitam a este perceber se houve aderência plena ou parcial; e
- Inconsistente: quando as informações fornecidas pela empresa referentes a determinado indicador são diferentes do que é solicitado pela GRI.

No caso do indicador não ser divulgado no Relatório Social, então ele é classificado como “não apresentado”, podendo ser sub-classificado em:

- Não disponível: quando a empresa reconhece que a informação referente a determinado indicador é pertinente às atividades dela, porém ainda não tem condições de fornecê-la;
- Não aplicável: quando a empresa não dispõe da informação de determinado indicador porque este não se relaciona com o setor ou às atividades da mesma. Ressalta-se que os indicadores apresentados nesta sub-classe foram classificados pela própria organização, não sendo realizados, neste trabalho, averiguações adicionais para comprovar a não aplicabilidade dos mesmos.
- Omitido com justificativa: quando a empresa omite a informação referente a determinado indicador, porém emite alguma justificativa que embasa tal decisão; e
- Omitido: quando, nos sumários dos Relatórios Sociais das empresas ou na identificação dos indicadores da GRI nestes relatórios, nada é comentado sobre este indicador, como se o mesmo não existisse.

Após estas classificações serem realizadas, foi realizado o cálculo do grau de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI (GAPIE-GRI) pelas empresas brasileiras.

$$\text{GAPIE-GRI} = \frac{\text{Total dos indicadores com APL} + \text{Total de indicadores OJ}}{\text{Total dos indicadores essenciais} - \text{Total dos indicadores NA}}$$

Fonte: Dias, Siqueira e Rossi (2006)

Onde: GAPIE-GRI = Grau de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI;

APL = Aderência Plena;
OJ = Omitidos com Justificativa; e
NA = Não Aplicáveis.

O total de indicadores omitidos com justificativa foi somado ao total de indicadores essenciais com aderência plena pelo fato dos primeiros serem uma opção fornecida pela GRI para a não apresentação de algum indicador essencial. Além disso, o total dos indicadores não aplicáveis foi subtraído do total dos indicadores essenciais para que a empresa não fosse penalizada no cálculo de sua aderência à proposta da GRI em virtude de um indicador não se aplicar à sua realidade.

Foi realizado também o cálculo do grau de evidenciação efetiva (GEE) – desenvolvido no trabalho de Carvalho e Siqueira (2007) – que tem como objetivo demonstrar o percentual da quantidade de informação efetivamente externalizada, pela organização relatora, dentro do potencial total de informação do modelo GRI.

$$\text{GEE} = \frac{\text{Total dos indicadores com APL}}{\text{Total dos indicadores essenciais} - \text{Total dos indicadores NA}}$$

Fonte: Carvalho e Siqueira (2007)

Onde: GEE = Grau de evidenciação efetiva dos indicadores essenciais da GRI;
APL = Aderência Plena; e
NA = Não Aplicáveis.

3. BALANÇO SOCIAL

O Balanço Social tem sido definido de diversas formas. Para Reis e Medeiros (2007, p. 23), o Balanço Social é um instrumento que reúne um conjunto de informações não obrigatórias sobre as atividades de caráter social, que uma empresa realiza com o objetivo de gerar maior bem-estar junto às partes interessadas e à sociedade como um todo. As informações e os indicadores são mensurados e apresentados em forma de um relatório. Tal como num balanço contábil, torna-se um documento que permite um aperfeiçoamento contínuo das ações realizadas.

Sucupira (2001, p.124), define Balanço Social como sendo:

Um conjunto de informações sobre as atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas a seus empregados e à comunidade onde está inserida. Através dele a empresa mostra o que faz pelos seus empregados, dependentes e pela população que recebe sua influência direta.

Para Melo Neto (1999, p. 12):

Balanço Social é o instrumento de avaliação do desempenho da empresa no campo da cidadania empresarial, pois demonstra todas as ações sociais desenvolvidas em determinado período. Neste instrumento são discriminadas as ações sociais quanto à sua natureza, seja de responsabilidade interna ou externa, à sua especificidade (doações, investimentos) e ao valor gasto.

Contudo, para Siqueira e Vidal (2003) os conceitos acima representam exemplos de conceitos de Balanço Social que carregam um viés perigoso, já que induzem a uma visão do balanço social como instrumento de valorização de empresa, quando deviam destacar sua função como instrumento não enviesado de mensuração do grau da responsabilidade social das empresas.

Fontes (2008), fugindo do viés, diz que é fundamental que um Balanço Social, efetivamente, demonstre a exequibilidade de programas sociais, a partir da utilização de metodologias de Avaliação de Impacto Social e de uma nova forma de compreender a idéia de sustentabilidade no mercado social. Para que isso ocorra na prática, é necessário o desenvolvimento de mecanismos e adaptações metodológicas para que as organizações possam avaliar seus investimentos sociais.

Todavia, é de fundamental importância que os balanços sociais não se prendam somente aos programas sociais, mesmo que os analise dentro de uma idéia de sustentabilidade. Isto porque os projetos sociais estão associados à ação social das empresas e, conforme destaca Oliveira (2008, p. 67), apesar

de a ação social ser importante em alguns casos, principalmente em países com grandes demandas sociais, ela não pode ser o único parâmetro para avaliar a responsabilidade social de empresas. Há muitas empresas que focam sua atuação de responsabilidade social em ações sociais, colocando-se como socialmente responsáveis. Porém, se a empresa, por exemplo, corrompe funcionários públicos, engana consumidores e tem trabalhadores informais, deixa a desejar em responsabilidade social, por mais que invista em ação social.

Isto posto, é de fundamental importância que os balanços sociais tragam indicadores associados à sua atividade fim que demonstrem o grau de qualidade da relação entre empresa e sociedade. Dentro desta idéia e destacando seu papel gerencial, Tinoco (2006, p. 14), define Balanço Social como um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários da informação.

Este importante vínculo entre responsabilidade social e balanço social surge claramente no conceito de Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p.11), para quem o

Balanço Social busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir os benefícios da sociedade em que atua.

O BNDES (2000) também demonstra preocupação com os impactos na sociedade das atividades corporativas e define o Balanço Social como um instrumento de demonstração das atividades das empresas, que tem por finalidade conferir maior transparência e visibilidade às informações que interessam não apenas aos sócios e acionistas das companhias (*shareholders*), mas também a um número maior de atores: empregados, fornecedores, investidores, parceiros, consumidores e comunidade (*stakeholders*).

Entretanto, para Siqueira e Vidal (2003), a grande maioria dos balanços sociais não apresenta contribuições negativas à sociedade e quando o fazem, com frequência, é de um modo sutil, praticamente imperceptível àquele que analisa. A impressão que passa é que as empresas não possuem quaisquer passivos sociais, apenas ativos. Em alguns casos as contribuições negativas são colocadas com um estranho viés positivo, tentando reforçar algum ponto favorável da organização.

Outro ponto importante é que a informação trazida pelo Balanço Social seja abrangente. Para Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p.10) a abrangência do balanço social está traduzida em função de quatro vertentes: Balanço Ambiental, Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado - DVA, e Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral. Tais vertentes são assim explicadas:

- Balanço Ambiental – reflete a postura da empresa em relação aos recursos naturais, compreendendo os gastos com preservação e proteção ambiental e recuperação destes, os investimentos e os passivo ambientais.
- Balanço de Recursos Humanos – visa evidenciar, principalmente, o perfil da força de trabalho da empresa, remuneração e benefícios concedidos, gastos com treinamentos;
- DVA – evidencia a contribuição da empresa para o desenvolvimento econômico-social da região onde está instalada, discriminando a riqueza que a empresa agrega à economia local, bem como a forma como distribui esta riqueza;
- Benefícios e Contribuições à Sociedade – demonstra a ação da empresa em termos de benefícios sociais como contribuições a entidades assistenciais e filantrópicas, preservação de bens culturais, dentre outros.

Infelizmente a questão da abrangência tem sido um dos problemas que têm afligido os Balanços Sociais.

4. A PRÁTICA ATUAL DO BALANÇO SOCIAL

Quatro problemas tem sido observados na prática de publicação do balanço social no Brasil e no mundo, são elas: abrangência limitada, transparência frágil, baixa padronização e viés para Marketing.

4.1. Abrangência Limitada

A abrangência está associada à publicação de um leque de dados que vá ao encontro das necessidades de informação de um amplo espectro de stakeholders. Esta abrangência pode ser traduzida pela publicação das quatro vertentes destacadas por Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p.10): Balanço Ambiental, Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado - DVA, e Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral.

Infelizmente, Cunha e Ribeiro (2004, p.12), em uma declaração que demonstra a limitação na abrangência das informações divulgadas, constataram que, de um total de 284 empresas analisadas, apenas “3 (...) apresentaram informações sobre todos os aspectos”.

Em pesquisa que avaliou o conteúdo das informações que estão sendo fornecidas pelas maiores indústrias por número de empregados de Santa Catarina, Pinto e Ribeiro (2003) destacaram que diversas informações relevantes não foram evidenciadas em nenhum relatório.

4.2. Transparência Frágil

Segundo Siqueira (2009, p. 18) a

transparência das informações externalizadas se traduz pela existência de uma revisão por entidade independente, pela identificação do responsável pelas informações e pela emissão de notas explicativas. Três características escassas nos demonstrativos sociais brasileiros.

Siqueira e Vidal (2003) relatam que o baixo nível de auditoria nas demonstrações financeiras brasileiras contribuem para agravar o problema da transparência nos relatórios societários e sociais, adicionalmente, a inclusão de notas explicativas, que fornecem um conjunto de informações enriquecedoras poderiam contribuir substancialmente para o entendimento das demonstrações sociais.

Segundo levantamento recente realizado pela consultoria inglesa SustainAbility, com apoio da agência de classificação de risco Standard & Poor's, mais de um terço dos 350 relatórios analisados pela consultoria tropeçou logo em dois aspectos básicos a falta de clareza e a descrição pura e simples de ações sociais e ambientais, sem vinculá-las ao impacto econômico sobre o negócio (VAMPEL, 2005).

4.3. Baixa Padronização

Um fator que tem dificultado a análise dos demonstrativos sociais é a ausência de um modelo padrão a ser seguido pelos mais diversos setores de atividades econômicas, que proporcione a comparabilidade e acompanhamento da sua evolução. Os procedimentos praticados pelas empresas brasileiras visam apresentar através dos dados qualitativos e quantitativos, suas influências positivas com funcionários, comunidade, governo e meio ambiente, não divulgando possíveis influências negativas, o que revela a importância de se ter um modelo padrão a ser seguido (SIQUEIRA e VIDAL, 2003).

Sucupira (2001, p. 127) afirma que caso não haja uma padronização para o Balanço Social “torna-se difícil uma avaliação adequada da função social da empresa, já que ela tende a informar apenas o que lhe parece conveniente”.

Esta constatação é corroborada por Perottoni (2002, p.56):

É necessário haver uma padronização na elaboração do Balanço Social por parte das empresas, por meio de normas simples e claras para todos: empresários e usuários. Isso pode ser estabelecido mediante uma legislação que deve ser amplamente analisada e discutida com todas as partes interessadas.

Ainda segundo o referido autor, sem regulamentação, as instituições tendem a divulgar dados que lhe sejam convenientes e por elas julgados relevantes.

Para que tal objetivo seja concretizado, segundo Reis e Medeiros (2007), o Balanço Social deve conter elementos que proporcionem interação entre os diferentes públicos envolvidos nos negócios da organização, quais sejam, funcionários, clientes, fornecedores, comunidade, governo e meio ambiente.

Segundo Pinto e Ribeiro (2004), apesar de diversas discussões referentes à Responsabilidade Social e Balanço Social, ainda não se chegou a um consenso quanto a um modelo padrão que contemple todas essas vertentes. Vampel (2005) corrobora esta visão afirmando que ainda há um longo caminho para aprofundar e padronizar o conteúdo desses relatórios em todo o mundo.

4.4. Instrumento de Marketing

David e Ott (2003, p. 12), em um estudo baseado nos Balanços Sociais de 88 empresas de pequeno, médio e grande porte, afirmam que diferentemente “da contabilidade tradicional, que evidencia ativos e passivos, os Balanços Sociais em sua maioria buscam apenas demonstrar o ativo social das empresas, desconsiderando o outro lado, necessário para haver equilíbrio”.

Além disso destacam ainda que mesmo adotando um modelo simples e já difundido como o Ibase “o que se pode vislumbrar é uma deficiência em expor questões mais delicadas a respeito das políticas da empresa. Informações a respeito da ‘cidadania empresarial’ foram as mais evitadas pelas empresas” (DAVID; OTT, 2003, p. 12).

Oliveira (2003, p. 12), em um estudo que analisa como as 500 maiores empresas S.A. não-financeiras do Brasil estão divulgando suas informações socioambientais, chega a afirmar que muitas “vezes os balanços sociais podem refletir uma falsa realidade, mostrando aquilo que as empresas acham que iria agradar aos stakeholders”.

Os problemas listados anteriormente seriam significativamente reduzidos com a adoção de um modelo de amplo uso e não enviesado para melhora da imagem das empresas.

5. O MODELO GRI

A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização não-governamental internacional, com sede em Amsterdã, na Holanda, cuja missão é desenvolver e disseminar globalmente diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade utilizadas voluntariamente por empresas do mundo todo (ETHOS, 2008).

Segundo Woods (2003), o objetivo da GRI na publicação das orientações é ajudar as organizações a:

- apresentar claramente o impacto ecológico e humano das empresas e facilitar a tomada de decisões sobre investimentos, compras e parcerias;
- demonstrar o que é relevante para as necessidades dos *stakeholders* e favorecer ainda mais o diálogo entre as partes interessadas;
- fornecer uma ferramenta de gestão para melhorar continuamente o seu desempenho;
- promover a transparência e credibilidade através da apresentação, em conformidade com o estabelecido, de princípios amplamente aceitos que são aplicados de forma constante ao longo do tempo;
- facilitar a comparação com relatórios de outras organizações;
- complementar, em vez de substituir outros relatórios e normas; e
- pôr em evidência a relação entre os três elementos da sustentabilidade (econômico, ambiental e social).

A GRI (2002, p. 33) sugere, em sua segunda versão, a divisão do relatório de sustentabilidade em cinco seções:

- Visão e estratégia – descrição da estratégia da organização relatora em relação à sustentabilidade, incluindo uma declaração por parte do diretor-presidente.
- Perfil – visão geral da estrutura, da atuação da organização relatora e do escopo do relatório.
- Estrutura de governança e sistemas de gestão – descrição da estrutura, políticas e sistemas de gestão da organização, incluindo o engajamento das partes interessadas.
- Sumário de conteúdo da GRI – uma tabela que identifica a localização das informações citadas na Parte C das Diretrizes.
- Indicadores de desempenho – medições do impacto da organização relatora, discriminadas em indicadores de desempenho integrados, econômicos, ambientais e sociais (GRI, 2002).

A GRI organiza seus indicadores de desempenho hierarquicamente, por categoria, aspecto e indicador. As definições usadas pela GRI nessa hierarquia se alinham com padrões

internacionais, mas adaptados à estrutura da GRI. Os indicadores são agrupados nas três dimensões da definição convencional de sustentabilidade: a econômica, a ambiental e a social (GRI, 2002, p.34)

Cada categoria inclui informações sobre a forma de gestão e um conjunto correspondente de indicadores de desempenho essenciais e adicionais. Os indicadores essenciais foram desenvolvidos por meio dos processos *multistakeholders* da GRI, que visam identificar os indicadores geralmente aplicáveis e considerados relevantes para a maioria das organizações. A organização deverá relatar os indicadores essenciais, a menos que eles demonstrem não estar alinhados aos princípios de relatório da GRI. Os indicadores adicionais representam práticas emergentes ou tratam de temas que podem ser relevantes para algumas organizações, mas não para outras (GRI, 2002).

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS

6.1. ABN AMRO Real

Analisando os indicadores de desempenho essenciais do ano de 2003, os indicadores EC2, HR1, HR5, SO3 e PR38 foram classificados como não disponíveis e os indicadores EN7, EN9, EN10, EN12, EN13, EN15, EN16 foram considerados não aplicáveis. O indicador HR4 foi omitido no sumário dos indicadores da GRI, como se não existisse.

Nos indicadores de desempenho sociais de 2004, apenas o indicador LA7 apresentou problemas e foi classificado como aderência parcial, pois somente foram mencionados os dados referentes ao número de acidentes com e sem afastamento, não há qualquer informação sobre lesões típicas e dias perdidos, o que impossibilita ter certeza se ocorreram ou não.

Em relação a 2005, alguns indicadores foram apresentados, porém são inconsistentes, pois no sumário dos indicadores da GRI contido no Relatório Social do Banco é informado que estes indicadores foram divulgados, no entanto, quando se procede à leitura das páginas referentes aos mesmos, o que é mencionado nada tem haver com o que o indicador da GRI efetivamente solicitou. Isto aconteceu com os indicadores ambientais EN2, EN4 e EN16; com os indicadores econômicos EC3 e EC4; e com os indicadores sociais LA5, LA7, HR4, HR6 e HR7.

Nos três anos em estudo, o ABN AMRO Real apresentou um GAPIE-GRI e um GEE iguais de 56%. Este dado se justifica principalmente porque dos 50 indicadores de desempenho essenciais possíveis de apresentação, o Banco apresentou nos anos referidos anos apenas 24 indicadores com aderência plena.

Nos anos de 2003 e 2004, o melhor índice GAPIE-GRI e GEE alcançado foi referente aos indicadores econômicos, de 70%. Na vertente ambiental a empresa não apresentou a mesma qualidade, com índice GAPIE-GRI e GEE de 33,33%, a ausência de informações inerentes a essa vertente é justificada pelo fato de a maioria não ser aplicável às atividades do Banco. Já a vertente social apresentou nesses dois anos GAPIE-GRI e um GEE de 58,33%.

No ano de 2005 o valor do GAPIE-GRI e GEE da vertente social foi calculado em 75% o que possibilitaria um aumento do índice geral neste ano, se não fosse a diminuição do valor referente a estes índices na vertente ambiental, que foi para 22,22%.

6.2. CPFL

Nas informações referentes aos indicadores de desempenho ambiental, relativas a 2003, apresentaram problemas os seguintes indicadores: EN1, EN6 e EN10. Os indicadores

EN1 e EN6 tiveram aderência parcial, o primeiro pela não separação da informação por material, a empresa totalizou a quantidade utilizada e indicou que os principais materiais utilizados foram: isoladores, reatores, ferragens, alumínio, cobre e luminárias e justifica-se pela não apresentação do tamanho da terra adquirida, arrendada ou segundo indicador administrada em habitats ricos em biodiversidade.

Na análise dos indicadores de desempenho social de 2004, somente o indicador LA7 teve a classificação de aderência parcial, pois na página informada foram apresentados somente dados relacionados aos acidentes fatais, faltaram, portanto mencionar dados referentes às lesões típicas, dias perdidos e índice de absenteísmo.

Em 2005, os indicadores EN4 e PR2 foram considerados não aplicáveis. Nas informações referentes aos indicadores de desempenho ambiental, os indicadores EN7 e EN14 foram classificados como dúvida, pois se verifica que pouco é comentado a respeito desses indicadores nas páginas informadas, não sendo as informações fornecidas suficientes para avaliar se o que é apresentado atende ou não ao exigido pela GRI.

Em 2003, a CPFL apresentou um GAPIE-GRI e um GEE de 85%, representado principalmente pelos indicadores econômicos e sociais que apresentaram GAPIE-GRI e GEE de 100% e 95,83%, respectivamente. O valor dos referidos índices na vertente ambiental foi de 57,14%, o que levou à diminuição do índice geral deste ano.

Em 2004 e 2005, verificou-se que os valores relativos aos índices GAPIE-GRI e GEE foram iguais a 94% e obtiveram aumento em relação a 2003. Isso porque dos índices apresentados pela CPFL nestes dois anos, somente três apresentaram problemas.

6.3. Souza Cruz

Durante o período de 2003 a 2005, o relatório social da Souza Cruz contempla somente os indicadores de desempenho ambiental, sem fazer menção a respeito do motivo da omissão das vertentes econômica e social.

Como consequência, o resultado do cálculo do grau de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI e do grau de evidência efetiva revelou uma grande fragilidade do relatório da Souza Cruz no que tange ao requerido pelas Diretrizes. Essa percepção está retratada no índice de apenas 6,00% obtido tanto para o GAPIE-GRI quanto para o GEE nos anos de 2003 e 2004. Além disso, em 2005 ocorreu ainda uma diminuição do valor deste índice para 4%. Isto porque das três categorias de indicadores de desempenho elaboradas pela GRI (econômica, ambiental e social), a Souza Cruz utilizou somente a de desempenho ambiental, não justificando a omissão das outras duas categorias.

Em 2003 dos oito indicadores apresentados, somente três tiveram conformidade com o requerido nas diretrizes GRI. Em 2004 a empresa continuou apresentando baixos índices de aderência com cinco indicadores apresentados com problema dos oito relacionados. No ano de 2005 ainda diminuiu justificado pelo fato de que dos sete indicadores apresentados, somente dois foram publicados com aderência plena.

6.4. Natura

Dos 13 indicadores apresentados em 2003, somente um foi apresentado com problemas, o indicador EN1 que foi classificado como aderência parcial pela não separação da informação por material, a empresa somente totalizou a quantidade utilizada.

Nos indicadores de desempenho social, dos 24 apresentados pela empresa em 2004, somente foi encontrado problema nas informações referente ao indicador LA7, classificado

como dúbio, pois dentre outras coisas, o indicador solicita o número de óbitos relacionados ao trabalho, informação não disponibilizada empresa, não sendo possível portanto saber se ocorreram ou não.

No tocante aos indicadores de desempenho social publicados em 2005, o indicador LA7 foi classificado como dúbio, pois nada foi informado a respeito dos óbitos relacionados ao trabalho, solicitados dentre outros aspectos pelo indicador, não sendo possível identificar se ocorreram ou não foram informados.

Em 2003, verifica-se que a Natura apresentou GAPIE-GRI de 90% e GEE de 88%. Dos 45 indicadores apresentados pela empresa somente dois apresentaram problemas. Os valores referentes a estes índices são justificados pela omissão da informação referente ao indicador EC2, com a justificativa de que considera essa informação destinada exclusivamente ao uso da gestão interna.

Na vertente ambiental o GAPIE-GRI e o GEE são de 80%, o menor entre as demais vertentes. A vertente social se destaca por apresentar maior grau de aderência plena e maior grau de evidenciação efetiva, montando a 96%, seguida da vertente econômica GAPIE-GRI de 90% e GEE de 80%.

Em 2004, houve um aumento do GAPIE-GRI e GEE, com 94% e 92%, respectivamente, isto se deve ao fato de que houve também um aumento do número de indicadores apresentados, dos 46 apresentados somente dois apresentaram problemas.

No ano de 2005 os índices de GAPIE-GRI e GEE da Natura voltaram ao patamar do ano de 2003, com 90% e 80%, respectivamente. Em relação a 2004, foram classificados no ano de 2005 como aderência parcial os indicadores EN6 e EN8, que diferente daquele ano, apresentaram problemas.

6.5. Petrobras

Em relação aos indicadores de desempenho econômico de 2003, foi julgado como aderência parcial o indicador EC5, pois conforme a GRI (2002, p.45) devem ser relatados neste indicador o “total da folha de pagamento e benefícios (incluindo salários, pensões, outros benefícios e pagamentos de indenização por demissão), agrupados por país ou região”, na informação fornecida pela empresa, os pagamentos referentes à folha de pagamento não foram agrupados por país ou região.

Pela vertente ambiental, dos 14 indicadores relacionados em 2004, três apresentaram problemas. O indicador EN4 foi classificado como inconsistente pois na página referente ao mesmo apenas é informado o consumo total de energia, segregado por tipo de fontes, no entanto, este indicador solicita que seja evidenciado o consumo indireto de energia, que conforme o GRI (2002, p. 47) é “a energia usada para produzir e distribuir energia comprada pela organização relatora (por exemplo, eletricidade ou calor)”.

Já o indicador EN6 foi classificado como aderência parcial, pois no texto da página onde deveria estar a informação referente a este indicador, há apenas alguns exemplos de áreas pertencentes à organização, arrendadas ou administradas por ela em habitats ricos em biodiversidade, mas não foi mencionado o tamanho das mesmas.

O indicador EN11 foi classificado como dúbio pois solicita a quantidade de resíduos por tipo e destino, mas na página informada encontra-se apenas a quantidade de resíduos sólidos perigosos acumulados em toda a Companhia até o fim de 2004, sem a informação da existência de outros tipos de resíduos e o destino dos mesmos.

Na análise dos indicadores de desempenho econômico de 2005, somente o indicador EC8 apresentou problemas, foi classificado como dúbio, na página indicada no índice remissivo do GRI está faltando o valor referente aos impostos pagos no exterior, caso esta

omissão seja em virtude da empresa não pagar impostos fora do país, essa informação deveria estar destacada.

Verificou-se que em 2003 a Petrobrás apresenta um GAPIE-GRI igual ao GEE, de 88%, isso porque dos 49 indicadores relacionados, somente cinco apresentaram problemas. Na relação dos indicadores de desempenho essenciais da Petrobrás no ano de 2003, somente o indicador PR3 foi classificado como não disponível.

Na vertente econômica o GAPIE-GRI e o GEE são de 80%, o menor entre as demais vertentes. A vertente social se destaca por apresentar maior grau de aderência plena e maior grau de evidenciação efetiva, montando a 95,83%, seguida da vertente ambiental que apresenta GAPIE-GRI e GEE de 81,25%.

Em 2004, o relatório social da Petrobrás apresenta uma diminuição do GAPIE-GRI e GEE para 82%, isto se deve ao fato de que houve também uma redução do número de indicadores apresentados para 40. Além disso, ocorreu um aumento no número de indicadores classificados como não disponíveis.

A vertente ambiental foi a principal responsável por este índice, pois apresentou redução de aproximadamente 16%, com GAPIE-GRI e GEE de 68,25%. Na vertente econômica, no entanto, teve aumento do GAPIE-GRI e o GEE com 90%, o maior entre as demais vertentes. A vertente social teve o grau de aderência plena e grau de evidenciação efetiva, também diminuído para 68,25%

No ano de 2005, o GAPIE-GRI e GEE da Petrobrás voltaram a subir e ficou perto do patamar apresentado em 2003, com 86%. Pela vertente ambiental e social ocorreu um aumento dos índices para 75% e 91,67%, já na vertente econômica o valor do GAPIE-GRI e GEE foi mantido em 90%.

6.6. Samarco

A análise pelos indicadores de desempenho econômico de 2003 revela que, dos oito apresentados, três apresentaram problemas. O indicador EC6 foi classificado como aderência parcial devido à falta da informação relativa às especificações solicitadas pela GRI, que seria a discriminação das distribuições para investidores por juros sobre dívidas e empréstimos, e dividendos em todos os tipos de ações, apontando qualquer atraso no pagamento de dividendos preferenciais.

O indicador de desempenho econômico EC8 é dúbio porque nele são apresentados todos os impostos pagos no Brasil, faltando apenas os que foram pagos no exterior ou a informação de que a empresa não paga imposto no exterior, como solicitado pela GRI. Também o indicador EC10 foi classificado como dúbio pois não fica esclarecido se as ações mencionadas nas páginas indicadas são consideradas doações além de não terem sido segregadas por tipo e por grupo conforme solicitado pela GRI.

Pelo mesmo sub-grupo em 2004, constatou-se que o indicador EC8 é dúbio, pois a empresa apresentou os impostos pagos no Brasil, sem mencionar os que foram pagos no exterior ou a informação de que a empresa não paga imposto no exterior, como solicitado pela GRI.

Já no ano de 2005, nos indicadores de desempenho sociais, observou-se que apenas o indicador LA7 apresentou problemas, foi classificado como aderência parcial por não ter no relatório da Samarco dados referentes ao número de óbitos relacionados ao trabalho, não sendo possível identificar se os mesmos ocorreram.

A SAMARCO apresentou, em 2003, GAPIE-GRI e GEE de 70%. Isso porque, embora ela tenha alcançado 83% de GAPIE-GRI e GEE para os indicadores sociais, para os indicadores econômicos e ambientais a empresa não apresentou a mesma qualidade no que diz

respeito à consistência da informação apresentada com a informação solicitada nas Diretrizes. Esses dois últimos grupos de indicadores apresentaram GAPIE-GRI e GEE de 55,56% e 57,14%, respectivamente.

Em 2004, verificou-se que ocorreu um aumento do valor de GAPIE-GRI e GEE iguais em 73%, isso porque dos 40 indicadores relacionados, somente cinco apresentaram problemas. Em 2003 foram apresentados 38 indicadores, sendo que seis considerados como fora dos parâmetros estabelecidos pelas diretrizes GRI. Os aumentos ocorreram nas vertentes ambiental e social, com GAPIE-GRI e GEE iguais de 62,50% e 87%, no ano de 2004.

Em 2005 novamente os índices GAPIE-GRI e o GEE obtiveram aumento, com 85% de aderência e evidência efetiva. No referido ano, foram apresentados 46 indicadores com somente seis considerados com algum problema. A vertente social se destaca por ter apresentado maior grau de aderência plena e maior grau de evidência efetiva, montando a 95,65%, seguida da vertente ambiental que apresenta GAPIE-GRI e GEE com 80% e da vertente econômica, com 66,67%.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise individual das empresas, verifica-se que em 2003 a Natura apresentou GAPIE-GRI de 90% e GEE de 88% - vide quadro 2. Dos 45 indicadores apresentados pela empresa somente dois apresentaram problemas.

Em 2004, houve um aumento do GAPIE-GRI e GEE, com 94% e 92%, respectivamente, isto se deve ao fato de que houve também um aumento do número de indicadores apresentados, dos 46 apresentados somente dois apresentaram problemas. No ano de 2005 os índices de GAPIE-GRI e GEE da Natura voltaram ao patamar do ano de 2003, com 90% e 88%, respectivamente. Em relação a 2004, foram classificados como aderência parcial os indicadores EN6 e EN8, que diferente daquele ano, em 2005 apresentaram problemas.

QUADRO 2 – Evolução dos índices GAPIE-GRI e GEE nos anos em estudo.

EMPRESAS	GAPIE-GRI			GEE		
	2003	2004	2005	2003	2004	2005
Natura	90%	94%	90%	88%	92%	88%
Samarco	70%	73%	85%	70%	73%	85%
Petrobrás	88%	82%	86%	88%	82%	86%
CPFL	85%	94%	94%	85%	94%	94%
ABN AMRO Real	56%	56%	56%	56%	56%	56%
Souza Cruz	6%	6%	4%	6%	6%	4%

A SAMARCO apresentou, em 2003, GAPIE-GRI e GEE de 70%. Isso porque, embora ela tenha alcançado 83% de GAPIE-GRI e GEE para os indicadores sociais, para os indicadores econômicos e ambientais a empresa não apresentou a mesma qualidade no que diz respeito à consistência da informação apresentada com a informação solicitada nas Diretrizes. Esses dois últimos grupos de indicadores apresentaram GAPIE-GRI e GEE de 55,56% e 57,14%, respectivamente.

Em 2004, verificou-se que ocorreu um aumento do valor de GAPIE-GRI e GEE iguais de 73%, isso porque dos 40 indicadores relacionados, somente cinco apresentaram problemas. Em 2003 foram apresentados 38 indicadores, sendo seis fora dos parâmetros estabelecidos pelas diretrizes GRI. Os aumentos ocorreram nas vertentes ambiental e social, com GAPIE-GRI e GEE iguais de 62,50% e 87%, no ano de 2004.

Em 2005 novamente os índices GAPIE-GRI e o GEE obtiveram aumento, com 85% de aderência e evidencição efetiva. No referido ano, foram apresentados 46 indicadores com somente seis considerados com algum problema. A vertente social se destaca por ter apresentado maior grau de aderência plena e maior grau de evidencição efetiva, montando a 95,65%, seguida da vertente ambiental que apresenta GAPIE-GRI e GEE com 80% e da vertente econômica, com 66,67%. A SAMARCO foi a única empresa estudada que efetivamente apresentou índices progressivos nos três anos.

Verificou-se que em 2003 a Petrobras apresenta um GAPIE-GRI igual ao GEE, de 88%, isso porque dos 49 indicadores relacionados, somente cinco apresentaram problemas. Na relação dos indicadores de desempenho essenciais da Petrobras no ano de 2003, somente o indicador PR3 foi classificado como não disponível.

Em 2004, o relatório social da Petrobras apresenta uma diminuição do GAPIE-GRI e GEE para 82%, isto se deve ao fato de que houve também uma redução do número de indicadores apresentados para 40. Além disso, ocorreu um aumento no número de indicadores classificados como não disponíveis.

No ano de 2005, o GAPIE-GRI e GEE da Petrobras voltaram a subir e ficou perto do patamar apresentado em 2003, com 86%. Pela vertente ambiental e social ocorreu um aumento dos índices para 75% e 91,67%, já na vertente econômica o valor do o GAPIE-GRI e GEE foi mantido em 90%.

Em 2003, a CPFL apresentou um GAPIE-GRI e um GEE de 85%, representado principalmente pelos indicadores econômicos e sociais que apresentaram GAPIE-GRI e GEE iguais, de 100% e 95,83%, respectivamente. O valor dos referidos índices na vertente ambiental foi de 57,14%, o que reduziu o índice geral deste ano.

Em 2004, verificou-se que os valores relativos aos índices GAPIE-GRI e GEE aumentaram para 94% e este índice foi mantido em 2005. Isso porque dos índices apresentados pela CPFL, somente três apresentaram problemas.

Nos anos em estudo, o ABN AMRO Real apresentou um GAPIE-GRI e um GEE iguais de 56%. Este dado se justifica principalmente porque dos 50 indicadores de desempenho essenciais possíveis de apresentação, o Banco apresentou nos anos referidos apenas 24 indicadores com aderência plena.

Após a análise verificou-se que o ABN AMRO Real apresenta um GAPIE-GRI igual ao GEE, de 50%. Dos 50 indicadores essenciais propostos pela GRI, apenas 7 não foram apresentados pela empresa – dos quais cinco correspondem à vertente social. Dos indicadores apresentados, três são inconsistentes e apenas um é dúvida.

O resultado do cálculo do grau de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI e do grau de evidencição efetiva revelou uma grande fragilidade do relatório da Souza Cruz no que tange ao requerido pelas Diretrizes. Essa percepção está retratada no índice de apenas 6,00% obtido tanto para o GAPIE-GRI quanto para o GEE nos anos de 2003 e 2004. Além disso, em 2005 ocorreu ainda uma diminuição do valor deste índice para 4%.

Em 2003, dos oito indicadores apresentados, somente três tiveram conformidade com o requerido nas diretrizes GRI. Em 2004 a empresa continuou apresentando baixos índices de aderência com cinco indicadores apresentados com problema dos oito relacionados. O ano de 2005 apresentou redução justificado pelo fato de que dos sete indicadores apresentados, somente dois foram publicados com aderência plena.

Na amostra analisada apenas duas empresas - CPFL e Samarco – apresentaram uma evolução positiva do GAPIE-GRI e GEE, demonstrando, portanto, um aprimoramento contínuo em direção ao relatório “de acordo com”.

Tais resultados mostram-se preocupantes, já que em trabalhos anteriores (DIAS; SIQUEIRA; ROSSI, 2006; CARVALHO; SIQUEIRA, 2007) observou-se uma baixa aderência aos padrões estabelecidos pelo GRI no tocante a indicadores essenciais por parte de algumas empresas que optaram por uma adoção informal.

Na amostra de Dias, Siqueira e Rossi (2006), a Copesul e a Souza Cruz tiveram, ambas, graus de aderência plena aos indicadores essenciais inferiores a 50% - 24% e 6%, respectivamente.

Já na amostra de Carvalho e Siqueira (2007), das oito empresas da amostra, seis tiveram GAPIE igual ou inferior a 50%, a saber: Transredes (50%), Minera Escondida Ltda (44,90%), Findesa (30,30%), Banco Solidário (28%), PEMEX (18%) e Enap (16, 33%).

Ao se examinar o grau de evidenciação efetiva da mesma amostra, os resultados não se mostram melhores (pelo contrário, há uma queda no grau para duas das empresas da amostra), a saber: Transredes (50%), Minera Escondida Ltda (42,86%), Findesa (30,30%), PEMEX (18%), Enap (16, 33%) e Banco Solidário (8%).

A junção dos resultados das duas pesquisas anteriores com a atual acaba configurando um cenário pouco desejado, onde se percebe uma baixa aderência ao que postula a GRI sem uma percepção clara de evolução ao longo dos anos. Trata-se de um desserviço aos usuários dos relatórios sociais, pois cria-se uma expectativa de uma boa informação socioambiental, lastreada em uma instituição com boa imagem como a GRI, que acaba, muitas vezes, não se revelando verdadeira.

REFERÊNCIAS

- BNDES, *Balço Social e outros aspectos da Responsabilidade Social Corporativa*. Relato Setorial nº 2, AS/GESET. BNDES, 2000.
- CARVALHO, Fernanda de Medeiros; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de. Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais de Empresas Latino-Americanas. *Pensar Contábil*, 9 (38): 14-22, out./dez. 2007
- CUNHA, Jaqueline Venerosos Alves da e RIBEIRO, Maísa de Souza; Evolução e diagnóstico atual do Balço Social. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2004, São Paulo. *Anais eletrônicos*. Disponível em <<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos42004/281.pdf>>. Acesso em: 21 de abril de 2008.
- DAVID, Afonso Rodrigo de; OTT, Ernani. Balço Social: Uma Análise das Informações Evidenciadas pelas Empresas. In: ENANPAD, 27, 2003, Atibaia. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2003. CD-ROM.
- DIAS, Lidiane Nazaré da Silva; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; ROSSI, Mônica Zaidan Gomes. Balço Social: A Utilização dos Indicadores do *Global Reporting Initiative* (GRI) em Empresas Brasileiras. In: ENANPAD, 30, 2006, Salvador. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2006. CD-ROM.
- ETHOS. *Relatório de Sustentabilidade*. Disponível em:<<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=4206&Alias=ethos&Lang=pt-BR>> Acesso em: 10 de junho 2008.
- FONTES, Miguel. *Marketing Social: Novos Paradigmas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- GRI, Global Reporting Initiative. *Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade*. 2002. Traduzido por: Fabio Feldman, Christopher Wells, Carmen Weingrill, Instituto Ehtos.

Disponível em: <http://www.globalreporting.org/guidelines/2002/2002Portuguese_B.pdf>. Acesso em: 16 de junho de 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu e GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: Aplicável às Demais Sociedades*. São Paulo: Atlas, 2007.

MELO NETO, Francisco Paulo de e FROES, César. *Responsabilidade social e cidadania empresarial*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. *Empresas na Sociedade: Sustentabilidade e Responsabilidade Social*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

OLIVEIRA, José Antonio Puppim. Um Balanço dos Balanços Sociais das 500 Maiores Empresas S.A. Não-financeiras do Brasil. In: ENANPAD, 27, 2003, Atibaia. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2003. CD-ROM.

PEROTTONI, Marco Antonio. Balanço Social: responsabilidade, padronização e obrigatoriedade. *Revista Brasileira de Contabilidade*, volume 31, Número 134, p.51-59. Brasília, 2002.

PINTO, Anacleto Laurino e RIBEIRO, Maísa de Souza. Balanço Social: Avaliação de Informações Fornecidas por Empresas Industriais Situadas no Estado de Santa Catarina. *Revista Contabilidade & Finanças*, 15 (36): 21-34, setembro/dezembro 2004.

REIS, Carlos Nelson dos e MEDEIROS, Luiz Edgar. *Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social: Meios Propulsores do Desenvolvimento Econômico e Social*. São Paulo: Atlas, 2007.

SIQUEIRA, José Ricardo Maia de. Balanço Social: Evidenciação da Responsabilidade Social. In: FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; GOMES, Mônica Zaidan (Orgs.). *Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais*. São Paulo: Atlas, 2009.

SIQUEIRA, José Ricardo Maia de e VIDAL, Mario César Rodríguez. Balanços Sociais Brasileiros: uma análise de seu estágio atual. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2003, São Paulo. *Anais eletrônicos*. Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br/congressousp/congresso3/trabalhos/100.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2008.

SUCUPIRA, João A. Ética nas Empresas e Balanço Social. In: SILVA, César Augusto e FREIRE, Fátima de Souza. *Balanço Social: Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Balanço social: Uma Abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações*. São Paulo: Atlas, 2006.

VAMPEL, Daniella. Balanço Social não é vitrine. *Exame*, Edição 857, 31/11/2005.

WOODS, Maef. The Global Reporting Initiative. *The CPA Journal*; Jun 2003; Disponível em: <<http://www.nysscpa.org/cpajournal/2003/0603/dept/d066003a.htm>>. Acesso em 02 de junho de 2008.